



**Santana S.A. – Crédito,
Financiamento e Investimento**

Demonstrações Financeiras
Semestre Findo em 30 de junho de 2021

Santana S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Índice

	Página
Relatório da Administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	10
Demonstração dos resultados	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
do Semestre Findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as nossas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2021, acompanhadas do respectivo relatório do auditor independente- RSM Brasil Auditores Independentes-Sociedade Simples, cujo relatório de auditoria expressa uma opinião sem ressalvas em 17 de agosto de 2021.

São Paulo, 17 de agosto de 2021.

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À

Diretoria e aos acionistas da

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

São Paulo - SP

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, (“Instituição” ou “Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santana S.A.- Crédito, Financiamento e Investimento, em 30 de junho de 2021, o desempenho intermediário de suas operações e dos seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil- BACEN.

2. Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria para o período corrente de seis meses. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(i) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3d e 6 das demonstrações financeiras, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Instituição classifica suas operações de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A Instituição aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos da Instituição, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição quanto as perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Atualizamos nosso entendimento e realizamos: (i) o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de classificação, aprovação, registro e atualização que suportam as metodologias internas de avaliação dos ratings das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii) se a Instituição atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em amostragem e (iii) se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas relativas notas explicativas acima mencionadas, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para verificar a aplicação da metodologia de cálculo em relação aos ratings, bem como o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(ii) Valor de mercado de instrumentos financeiros: A Instituição possui saldos de instrumentos financeiros e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e em negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações divulgadas nas notas explicativas n.os 3c e 5 das demonstrações financeiras. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a julgamentos significativos da Instituição para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas podem resultar em estimativas de valor de mercado significativamente diferentes. Desta forma, consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Avaliamos: (i) o processo de aprovação pela Instituição das premissas utilizadas para a marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros; e (ii) se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas acima mencionadas, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(iii) Provisões e passivos contingentes -Trabalhistas, cíveis e fiscais: Conforme descrito nas notas explicativas n.os 3n e 10 das demonstrações financeiras, a Instituição constitui provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes de eventos passados, em que seja provável o desembolso financeiro e o valor possa ser estimado de forma confiável. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Instituição, por meio da opinião dos assessores jurídicos internos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pela Instituição envolver estimativas complexas e relevantes para a mensuração das Provisões e determinação das divulgações para Passivos Contingentes, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos contemplaram: (i) a análise por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, suficiência da provisão, bem como dados e informações históricas; (ii) A análise das mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores; (iii) A verificação dos processos conduzidos pelos advogados terceirizados contratados pela Instituição, com base em procedimentos de confirmação externa; e (iv) a avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas correspondentes notas explicativas, estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais processos em que a Instituição está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(iv) Projeção de resultados futuros para a realização de ativos relativos a créditos tributários: As demonstrações financeiras incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas nos 3m e 12 das demonstrações financeiras), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Instituição. Para elaborar as projeções de resultados futuros, a Instituição adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas poderiam gerar nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Quanto a premissas utilizadas para fins de projeção de lucros adotadas pela Instituição, avaliamos: (i) a sua aprovação; (ii) a adequação, razoabilidade e consistência dessas projeções de resultado; e (iii) as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários); e se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos acima especificados no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

4. Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse relatório está, de forma relevante inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

5. Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, , aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

6. Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de agosto de 2021.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Luiz Claudio Fontes".

Luiz Claudio Fontes
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2021	2020	Passivo	Notas	2021	2020
Circulante		98.343	98.826	Circulante		53.646	68.158
Disponibilidades	4	659	297	Depósitos	9	3.252	8.683
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	13.983	16.935	Depósitos a prazo		3.252	8.683
Aplicações em títulos e valores mobiliários	5. a)	1.028	1.435	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	47.096	55.438
Carteira própria		1.028	1.435	Recursos de aceites cambiais		47.096	55.438
Operações de crédito	6	78.316	76.522	Outras obrigações	10	3.298	4.037
Setor privado		85.771	83.837	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		110	-
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	6.f)	(7.455)	(7.315)	Provisões para pagamentos a efetuar		455	980
Outros créditos	7	2.788	2.185	Fiscais e previdenciárias		306	326
Outros valores e bens	8	1.569	1.452	Provisão para riscos		1.173	1.447
Bens não de uso próprio		949	797	Diversas		1.254	1.284
Despesas antecipadas		620	655	Não Circulante			
Não Circulante				Exigível a longo prazo		77.039	63.389
Realizável a longo prazo		63.796	63.278	Depósitos	9	15.637	8.511
Operações de crédito	6	54.494	53.826	Depósitos a prazo		15.637	8.511
Setor privado		59.682	58.971	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	61.402	54.878
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	6.f)	(5.188)	(5.145)	Recursos de aceites cambiais		61.402	54.878
Outros créditos	7	9.067	9.232	Patrimônio líquido	11	33.190	32.395
Outros valores e bens	8	235	220	Capital		33.190	32.395
Despesas antecipadas		235	220	De domiciliados no País	11.a)	27.500	27.500
Permanente		1.736	1.838	Reservas de Lucros	11.b)	5.690	4.895
Imobilizado de uso		522	497	Total do passivo e patrimônio líquido		163.875	163.942
Outras imobilizações de uso		1.849	1.749				
(Depreciações acumuladas)		(1.327)	(1.252)				
Intangível		1.214	1.341				
Ativos intangíveis		2.552	2.483				
(Amortizações acumuladas)		(1.338)	(1.142)				
Total do ativo		163.875	163.942				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ações

	Notas	Semestre	
		2021	2020
Receitas da Intermediação Financeira		22.411	23.198
Operações de crédito	6e	22.225	22.945
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5b	186	253
Despesas da Intermediação Financeira		(8.760)	(11.601)
Operações de captação no mercado	9b	(3.072)	(3.521)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(5.688)	(8.080)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		13.651	11.597
Outras Receitas(Despesas) Operacionais		(12.509)	(11.105)
Receitas de prestação de serviços	13	3.513	3.162
Despesas de pessoal	14	(1.387)	(1.175)
Outras despesas administrativas	15	(13.239)	(11.069)
Despesas tributárias	16	(1.213)	(1.191)
Outras receitas operacionais	17	1.260	775
Outras despesas operacionais	18	(1.443)	(1.607)
Resultado Operacional		1.142	492
Resultado Não Operacional		51	(81)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		1.193	411
Imposto de Renda e Contribuição Social		(73)	(31)
Provisão para imposto de renda	12	-	(54)
Provisão para contribuição social	12	-	(39)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(73)	62
Lucro Líquido do Semestre		1.120	380
Número de Ações	11.a	28.668.532	28.668.532
Lucro por Ação - em R\$		0,04	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva		Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutárias		
Saldos em 01 de janeiro de 2020		27.500	2.072	442	-	30.014
Lucro líquido do 1.º semestre		-	-	-	380	380
Destinações:						
Juros sobre o capital próprio	11.d)	-	-	-	(314)	(314)
Reserva legal		-	19	-	(19)	-
Reserva especial de lucro		-	-	47	(47)	-
Saldos em 30 de junho de 2020		27.500	2.091	489	-	30.080
Lucro líquido do 2.º semestre		-	-	-	3.021	3.021
Destinações:						
Distribuição de dividendo		-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(706)	(706)
Reserva legal		-	151	-	(151)	-
Reserva especial de lucro		-	-	2.164	(2.164)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		27.500	2.242	2.653	-	32.395
Lucro líquido do 1.º semestre					1.120	1.120
Destinações:						
Juros sobre o capital próprio	11.d)	-	-	-	(325)	(325)
Reserva legal		-	56	-	(56)	-
Reserva especial de lucro		-	-	739	(739)	-
Saldos em 30 de junho 2021		27.500	2.298	3.392	-	33.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa para os
semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Semestres	
	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro do semestre antes do imposto de renda e da contribuição social	1.193	411
Ajustes para conciliar o lucro líquido do semestre/exercícios com o caixa gerado pelas atividades operacionais	6.355	8.678
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.688	8.080
Depreciação e amortização	271	202
Provisão para riscos	396	396
Lucro líquido ajustado	7.548	9.089
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(8.313)	(10.938)
Títulos e valores mobiliários	407	508
Operações de crédito	(8.150)	(10.678)
Outros créditos	(438)	(544)
Outros valores e bens	(132)	(224)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	(1.331)	2.088
Depósitos	1.695	2.076
Recursos de aceites cambiais	(1.818)	1.084
Outras obrigações	(1.135)	(1.041)
Imposto sobre a renda pago	(73)	(31)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(2.096)	239
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(100)	(35)
Aquisição no intangível	(69)	(38)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(169)	(73)
Atividades de financiamento		
Juros sobre capital próprio pagos	(325)	(314)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(325)	(314)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.590)	(148)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	17.232	14.265
No fim do semestre	14.642	14.117
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.590)	(148)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, (“Instituição” ou “Financeira”), tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como a administração de carteira de valores mobiliários.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”), as normatizações do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e da Lei das Sociedades por Ações. Foram também adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para riscos, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável – *impairment* – de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “Títulos disponíveis para venda” e “Títulos mantidos até o vencimento”, ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações foram apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Instituição em 16 de agosto de 2021.

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras de liquidez, os quais são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i) Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- ii) Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como para serem mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários sob o título “Ajuste de avaliação patrimonial”; e
- iii) Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento; são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Com base nas determinações estabelecidas no parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como “Títulos para negociação” são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando também os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Para as operações com prazo superior a 36 meses, a Instituição utiliza a prerrogativa de contagem em dobro, prevista na Resolução nº 2.682/99, para determinação do nível de risco.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa faixa por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração como suficiente, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

e) Cessões de Crédito

As operações de cessões de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, a qual determina que os ativos financeiros serão baixados se a venda da carteira for com transferência substancial dos riscos e benefícios. A Instituição opera com transferência substancial dos riscos e benefícios.

f) Outros valores e bens

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação em pagamento que estão disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

g) Despesas antecipadas

Os custos de emissão de títulos, são gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período/exercício da geração destes benefícios.

h) Imobilizado de uso

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das correspondentes depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais, em função da vida útil econômica dos bens: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos: 10% ao ano; e equipamentos de informática e veículos: 20% ao ano.

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Intangível

O saldo do intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de informação (softwares), e está demonstrado ao custo de aquisição, líquido da respectiva amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa anual de 20% ao ano, em função de sua vida útil.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, deve ser constituída uma provisão para deterioração por impairment, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

k) Depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais

As captações pré-fixadas estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais e as captações pós-fixadas são atualizadas “pro rata die” até as datas desses balanços patrimoniais.

l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro semestral e anual tributável excedente a R\$ 120 e R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação fiscal em vigor e foi calculada substancialmente à alíquota de 15%, exceto para as diferenças temporárias que proporcionaram Impostos diferidos ativos (IRD) que serão realizadas ao longo do exercício de 2021, esses IRDs foram reconhecidos pela alíquota de 25%, uma vez que essa alíquota de CSLL que está vigendo tão somente para o exercício de 2021. Para o exercício que se inicia em 1/1/2022, a alíquota de CSLL retorna para 15%. Vide nota explicativa 12a.

m) Imposto de renda-IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido-CSLL diferidos (IRD)

Os créditos tributários (IRD) são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução n° 3.059, de 31 de dezembro de 2002, alterada pelas Resoluções n° 3.355, de 31 de março de 2006, e n° 4.441, de 29 de outubro de 2015, do CMN que determinam que a Instituição, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL e àqueles provenientes de diferenças temporárias, deve atender, cumulativamente, às seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, no mínimo, em três semestres dos últimos cinco semestres sociais, incluindo o exercício social em referência; e

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme o caso, em períodos subsequentes, com base em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários de IRPJ e de CSLL foram constituídos sobre diferenças temporárias relativas principalmente à provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, sendo os seus efeitos registrados na rubrica “Outros créditos – diversos” com reflexo no resultado do semestre. Os créditos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro serão realizados à medida que as diferenças temporárias se tornarem dedutíveis.

n) Provisões para riscos, obrigações legais, passivos e ativos contingentes

As provisões para riscos e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e pela Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como “Remota”, “Possível” ou “Provável” com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, e da Administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou às alterações.

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando considerados “praticamente certos”, que normalmente ocorre quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- **Provisões para riscos:** são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como “Perdas possíveis” são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança são avaliados como “Perdas remotas” e não são provisionados e nem divulgados.
- **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. É acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais passivas incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

p) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata die” e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

q) Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data dos balanços.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades	659	297
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	13.983	16.935
Total	<u>14.642</u>	<u>17.232</u>

- (i) Aplicações com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, remuneradas às taxas praticadas no mercado, são resgatáveis a qualquer momento e utilizadas para gestão de caixa.

5. Títulos e valores mobiliários

a) As aplicações em títulos e valores mobiliários estão compostas como segue:

Títulos disponíveis para venda	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de mercado</u>
Quotas de fundos de investimento - Renda Fixa	1.028	1.435
Total	<u>1.028</u>	<u>1.435</u>

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Resultado com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez:

	Semestres Findos em	
	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	169	168
Rendas de aplicações em quotas de fundos de investimentos	17	85
Total	186	253

6. Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas de juros de cada contrato:

a) Composição das operações de créditos:

	30/06/2021	31/12/2020
Financiamentos - pessoa física e pessoa jurídica - setor privado	129.830	125.149
Empréstimos - setor privado	9.394	11.835
Títulos descontados	6.228	5.824
Total	145.453	142.808
Curto prazo	85.771	83.837
Longo prazo	59.682	58.971

b) Composição da carteira de operações de créditos por tipo de cliente e atividade econômica:

	30/06/2021	31/12/2020
Indústria	13.039	10.143
Comércio	3.331	4.405
Outros serviços	2.014	2.849
Pessoas físicas	127.069	125.411
Total	145.453	142.808

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Composição da carteira de operações de créditos, por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

Faixas de vencimento	30/06/2021	31/12/2020
Créditos vencidos	6.955	6.367
Crédito a vencer		
Até 3 meses	27.258	26.712
3 a 12 meses	51.558	50.758
1 a 3 anos	55.540	55.416
3 a 5 anos	4.142	3.375
5 a 8 anos	-	180
Total	145.453	142.808

d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco:

30/06/2021					
Nível	Empréstimos e financiamentos	Títulos descontados	Total da carteira	%	Provisão
A	102.347	5.389	107.736	0,5	539
B	7.818	289	8.107	1	81
C	9.124	481	9.605	3	288
D	4.535	12	4.547	10	455
E	3.133	8	3.141	30	942
F	2.861	49	2.910	50	1.455
G	1.749	-	1.749	70	1.225
H	7.658	-	7.658	100	7.658
Total	139.225	6.228	145.453		12.643

31/12/2020					
Nível	Empréstimos e financiamentos	Títulos descontados	Total da carteira	%	Provisão
A	103.498	4.899	108.397	0,5	542
B	6.604	176	6.780	1	68
C	8.559	148	8.707	3	261
D	3.436	7	3.443	10	344
E	3.530	-	3.530	30	1.060
F	2.382	-	2.382	50	1.191
G	1.916	-	1.916	70	1.341
H	7.059	594	7.653	100	7.653
Total	136.984	5.824	142.808		12.460

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Resultado das operações de crédito:

	Semestres Findos em	
	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de financiamentos	19.423	20.407
Rendas de empréstimos	1.052	1.345
Rendas de títulos descontados	755	411
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	995	782
Total	22.225	22.945

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/06/2021	31/12/2020
= Saldo no início do semestre/exercício	12.460	13.576
(+) Constituição	5.688	13.189
(-) Baixados para prejuízo	(5.505)	(14.305)
= Saldo no fim do semestre/exercício	12.643	12.460
Curto prazo	7.455	7.315
Longo prazo	5.188	5.145

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos de acordo com a Resolução 2.682 do BACEN.

As operações de crédito contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens.

A recuperação dos valores baixados para perdas correspondeu ao montante de R\$ 995 em 2021 (R\$ 2.062 em 31 de dezembro de 2020).

As operações originadas em renegociação representam o montante de R\$ 40.586 (R\$ 50.804 em 31 de dezembro 2020) no período, sendo esta modalidade impactada parcialmente por critérios de mensuração da provisão no âmbito dos programas instituídos com o propósito de minimizar os efeitos da pandemia da COVID-19 na economia (Resoluções CMN nº 4.803/20 e CMN nº 4.855/20).

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Outros créditos

A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

Outros créditos - diversos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 12c)	10.233	10.306
Rendas a receber	1	1
Adiantamentos diversos	14	16
Impostos e contribuições a compensar	290	303
Devedores diversos	1.317	791
Total	<u>11.855</u>	<u>11.417</u>
Curto prazo	2.788	2.185
Longo prazo	9.067	9.232

8. Outros valores e bens

a) Bens não de uso próprio

Correspondentes a veículos e imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2021, seus saldos totalizavam R\$ 949 (R\$ 797 em 31 de dezembro de 2020).

b) Despesas antecipadas

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Comissão sobre colocação de Letras de Câmbio	769	705
Outras	86	170
Total	<u>855</u>	<u>875</u>
Curto prazo	620	655
Longo prazo	235	220

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais

a) Abertura por prazo de vencimento:

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Total 30/06/2021	Total 31/12/2020
Depósitos a prazo - DPGE	-	-	-	-	5.841
Recibo de depósitos bancários - RDB	312	2.940	7.013	10.265	9.816
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	-	8.624	8.624	1.537
Recursos de aceites cambiais - LC	5.427	41.669	61.402	108.498	110.316
Total	5.739	44.609	77.039	127.387	127.510

b) Despesas com operações de captação do mercado:

	Semestres Findos em	
	30/06/2021	30/06/2020
Recursos de aceites cambiais	2.667	3.190
Despesa de captação com - DPGE	53	72
Despesa de captação com - RDB	173	178
Despesa de captação com - CDB	101	-
Outras despesas de captação	78	81
Total	3.072	3.521

Os depósitos a prazos e recursos de aceites cambiais são linhas de crédito em moeda local. A taxa média praticada varia entre 137% e 145% em 2021 (116% e 129% em 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10. Outras obrigações

	30/06/2021	31/12/2020
Cobrança e arrecadação tributos e assemelhados	110	-
Provisão para pagamento a efetuar	455	980
Societária e Estatutárias	73	99
Fiscais e previdenciárias	306	326
Provisão para passivos contingentes (Nota 10.1)	1.173	1.447
Comissões à pagar	365	177
Operações de crédito a liquidar	360	374
Outras contas à pagar	395	534
Outras obrigações diversas	61	100
Total	3.298	4.037

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.1 Provisão para riscos

a) Composição das provisões: a Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes de curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em “Remota”, “Possível” e “Provável”, levando em conta as probabilidades de ocorrência de perda.

b) Movimentação das provisões: a provisão é apurada com base no valor estimado de perda das causas de acordo com a expectativa da Administração, suportada por parecer das assessorias jurídicas.

c) Causas com prognóstico de perda provável:

Provisão para Passivos Contingentes

	2021			Saldo em 30/06/2021
	Saldo em 31/12/2020	Constituição	(Reversão)	
Ações trabalhistas	684	198	(414)	468
Ações cíveis	763	198	(256)	705
Total	1.447	396	(670)	1.173

	2020			Saldo em 30/06/2020
	Saldo em 31/12/2019	Constituição	(Reversão)	
Ações trabalhistas	649	198	(86)	761
Ações cíveis	830	198	(302)	726
Total	1.479	396	(388)	1.487

A despesa com provisões para contingência registradas no resultado no semestre foi R\$ 33 (R\$ 202 em 2020), na rubrica reversão de provisões operacionais estão registrados os valores relativos as reversões dos passivos contingentes no montante de R\$ 307 (R\$ 194 em 2020).

d) Causas com prognóstico de perda possível: a Instituição possui processos trabalhistas e cíveis cujos valores somam R\$ 1.625 (R\$ 576 em 31 de dezembro 2020).

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 30 de junho de 2021 é de R\$27.500 e está dividido em 14.334.266 (quatorze milhões, trezentas e trinta e quatro mil, duzentas e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 14.334.266 (quatorze milhões, trezentas e trinta e quatro mil, duzentas e sessenta e seis) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. Conforme AGE de 22 de dezembro de 2020 ficou deliberado: (i) alteração da redação do Artigo 17 do Estatuto Social, em atendimento ao item 3 do Ofício 28537/2020- BCB/Deorf/GTSP1, de 07 de dezembro de 2020; e (ii) consolidação do Estatuto Social da Instituição.

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado ou a 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzida a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Instituição. Os dividendos mínimos podem ser distribuídos através de juros sobre o capital próprio. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais.

d) Juros sobre o capital próprio

Durante o exercício, foram provisionados e pagos juros sobre o capital próprio no montante a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Juros sobre capital próprio	325	314
Imposto de renda retido na fonte	(49)	(47)
Total líquido	<u>276</u>	<u>267</u>

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL)

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do exercício considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

Imposto de Renda de Contribuição Social

	Semestres Findos			
	30/06/2021		30/06/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e antes do JCP	1.193	1.193	411	411
(-) Juros sobre capital próprio reduzidos da conta lucros acumulados conforme movimentação evidenciada na DMPL	(325)	(325)	(314)	(314)
Adições	6.382	6.382	8.592	8.592
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.935	5.935	8.080	8.080
Provisão para contingências	396	396	396	396
Despesas não dedutíveis	43	43	9	9
Outras adições	8	8	107	107
Exclusões	(8.251)	(8.251)	(8.427)	(8.427)
Realização de provisão para crédito de liquidação duvidosa - Lei nº9.430	(6.858)	(6.858)	(7.531)	(7.531)
Reversão de provisão para contingências	(308)	(308)	(388)	(388)
Reversão de provisões operacionais	(1.085)	(1.085)	(508)	(508)
Lucro real antes imposto de renda e da contribuição social	(1.001)	(1.001)	262	262
Total de imposto de renda e contribuição social	-	-	54	39
Alíquota de 15% I.R.	-	-	39	-
Alíquota de 15% CSLL (20% em 2018)	-	-	-	39
Adicional 10% Lei Ordinária 13.169 de 06/10/2015	-	-	15	-
Ativo fiscal diferido	256	154	(39)	(23)

a) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	30/06/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.189	22.189	23.434	23.434
Provisões para contingências	1.173	1.173	1.447	1.447
Demais Provisões Temporárias	1.378	1.378	885	885
Total das diferenças temporárias	24.740	24.740	25.766	25.766
Total do crédito tributário	6.185	4.048	6.442	3.865

Destacamos que a contribuição social sobre o lucro líquido para o exercício de 2021 foi aumentada para 25% (até 31.12.2020 foi de 20%), só para o exercício de 2021. Em decorrência desse fato, a instituição estimou as parcelas de diferenças temporárias como acima demonstrado e os créditos de impostos diferidos ativo a serem realizados em 2021, e o respectivo ativo em 30.06.2021 foi computado pela alíquota de 25%, produzindo um valor adicional de 337 contabilizado nesta data.

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da Instituição e as expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 3.059/02 e 3.355/07 do BACEN, e referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de IRPJ e da CSLL. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Resultado estimado	Expectativa de realização					
	2021	2022	2023	2024	2025	Total
	3.804	5.568	6.506	7.969	9.529	33.376
%	11,40%	16,68%	19,49%	23,88%	28,55%	100,00%
IRPJ	705	1.032	1.206	1.477	1.765	6.185
CSLL	461	675	789	967	1.156	4.048
Valor em 30/06/2021	1.166	1.707	1.995	2.444	2.921	10.233

Em 30 de junho de 2021, os valores presentes desses créditos tributários totalizam R\$10.233, considerando-se a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) de 4,15% ao ano.

c) Movimentação dos créditos tributários

	Saldo em 31/12/2020	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/06/2021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.373	96	(593)	8.876
Provisões para contingências	579	12	(122)	469
Demais provisões temporárias	354	865	(331)	888
Total dos créditos tributários	10.306	973	(1.046)	10.233

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/06/2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.278	453	(234)	10.497
Provisões para contingências	592	81	(78)	595
Demais provisões temporárias	203	89	(249)	43
Total dos créditos tributários	11.073	623	(561)	11.135

13. Receitas de prestação de serviços

	Semestres Findos em	
	30/06/2021	30/06/2020
Tarifa de cadastro - Desconto	120	37
Tarifa de cadastro - Veículos	3.258	3.008
Reembolso tarifa cartório	57	23
Outras receitas de serviços	78	94
Total	3.513	3.162

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas de pessoal

	Semestres Findos em	
	30/06/2021	30/06/2020
Remuneração	(599)	(529)
Encargos	(153)	(123)
Benefícios	(546)	(470)
Treinamento	(89)	(53)
Total	(1.387)	(1.175)

15. Outras despesas administrativas

	Semestres Findos em	
	30/06/2021	30/06/2020
Despesas com serviços de terceiros (a)	(6.165)	(4.898)
Comissões e prêmios (b)	(2.525)	(1.745)
Despesas de serviços técnicos especializados (c)	(1.267)	(1.294)
Despesas de serviços do sistema financeiro (d)	(884)	(1.009)
Despesas de processamentos de dados	(773)	(774)
Despesas de aluguéis	(14)	(71)
Despesas de comunicação	(86)	(131)
Despesas de propaganda e publicidade	(142)	(96)
Despesas com depreciação e amortização	(271)	(202)
Despesas de transporte	(35)	(191)
Despesas de passivos contingentes (Nota 10.1)	(33)	(202)
Acordos e ações judiciais	(749)	(292)
Outras	(295)	(164)
Total	(13.239)	(11.069)

(a) Referem-se principalmente a despesas com partes relacionadas de R\$ 4.942, em 2021, e de R\$ 4.040 em 2020, respectivamente (vide nota 19 - Transações com partes relacionadas).

(b) Referem-se principalmente a despesas com comissões pagas a correspondentes no país.

(c) Referem-se principalmente a despesas com serviços de gravames.

(d) Referem-se principalmente a despesas bancárias.

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesas tributárias

	Semestres Findos em	
	30/06/2021	30/06/2020
Despesa com PIS	(142)	(143)
Despesa com COFINS	(875)	(882)
Despesa com ISS	(175)	(161)
Outras	(21)	(5)
Total	(1.213)	(1.191)

17. Outras receitas operacionais

	Semestres Findos em	
	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de encargos e despesas	55	73
Reversão de provisões operacionais (1)	1.187	702
Outras	18	0
Total	1.260	775

(1) Referem-se a reversões de provisões em exercícios anteriores composta no semestre por R\$ 880 (R\$ 508 em 2020) relativo a despesas operacionais e R\$ 307 (R\$ 194 em 2020) relativo a reversões dos passivos contingentes (vide nota 10.1 - Provisão para Riscos).

18. Outras despesas operacionais

	Semestres Findos em	
	30/06/2021	30/06/2020
Descontos concedidos	(1.443)	(1.607)
Total	(1.443)	(1.607)

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos decorrentes de operações com partes relacionadas, a preços e taxas de mercado, cujos controladores são os acionistas do Grupo Santana estão demonstrados a seguir:

a. Saldos com sociedades ligadas

Partes relacionadas

	30/06/2021			
	Shopcred (a)	Gestão (b)	CJJ (c)	Plural (d)
Passivo	-	203	-	-
Recursos de aceites cambiais	-	203	-	-
Obrigações por títulos cambiais	-	203	-	-
Despesas	(2.350)	(18)	(14)	(2.592)
Despesas com captação	-	(18)	-	-
Despesas de aceites cambiais	-	(18)	-	-
Despesas administrativas	(2.350)	-	(14)	(2.592)
Despesa de aluguel	-	-	(14)	-
Despesas com prestação de serviços	(2.350)	-	-	(2.592)
	30/06/2020			
	Shopcred (a)	Gestão (b)	CJJ (c)	Plural (d)
Ativo	3	-	2	-
Outros créditos	3	-	2	-
Valores a receber sociedades ligadas	3	-	2	-
Passivo	-	250	154	-
Recursos de aceites cambiais	-	250	154	-
Obrigações por títulos cambiais	-	250	154	-
Despesas	(2.109)	(7)	(16)	(1.931)
Despesas com captação	-	(7)	(4)	-
Despesas de aceites cambiais	-	(7)	(4)	-
Despesas administrativas	(2.109)	-	(12)	(1.931)
Despesa de aluguel	-	-	(12)	-
Despesas com prestação de serviços	(2.109)	-	-	(1.931)

- (a) Shopcred Promotora de Vendas Ltda
(b) Santana Gestão e Cobrança Ltda
(c) CJJ Empreendimentos Imobiliários Ltda
(d) Plural Assessoria de Serviços Cadastrais Ltda

b. Saldos com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas, relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de recursos de aceites cambiais, totalizam R\$ 14.001 (R\$ 18.751 em 2020) e são remunerados a uma taxa que varia entre 127% a 137% do CDI e 7,20% a 10,30% prefixada, de acordo com o prazo da aplicação.

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Remuneração dos empregados e administradores

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09 e ao Pronunciamento Técnico - CPC 05 Divulgação de Partes Relacionadas, a Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento definiu como pessoal-chave os membros da Diretoria. O montante global anual da remuneração da diretoria é pago conforme determinado pelo Estatuto Social e definido em Assembleia Geral. No semestre findo em 30 de junho de 2021, o montante total pago aos diretores foi de R\$ 144 (R\$ 142 em 2020). A Instituição não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a diretoria e a Administração.

20. Indicadores de risco (Basiléia) e limites operacionais

Em 15 de outubro de 2018, a Instituição solicitou a dispensa da consolidação das demonstrações financeiras da Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e da Santana Factoring Fomento Comercial Ltda. (atual Santana Gestão e Cobrança Ltda.), na forma de conglomerado prudencial, em função da descontinuidade operacional da sociedade de fomento mercantil, evidenciada por meio da alteração do objeto social da entidade, conforme descrito na 16ª Alteração do Contrato Social da empresa. Em 27 de novembro de 2018, o BACEN deferiu o pedido de alteração de S4 para S5 conforme Ofício nº 23.922/2018-BCB/Desuc nos termos do art. 8º da Resolução nº 4.280/2013.

Basileia III - Indicadores de Risco - S5	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5)	30.619	30.122
RWAopad - Risco de crédito	16.521	17.544
RWAopad - Risco Operacional	4.723	3.137
Total Capital regulamentar	21.244	20.681
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	137.056	137.873
PR Mínimo requerido para o RWA	21.244	20.681
Índice Basiléia	22,34%	21,85%

A partir de 1º de outubro de 2013, por meio das Resoluções nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 11% do Risk Weight Asset (RWA) com base no Patrimônio de Referência.

21. Gerenciamento de riscos

a. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, os quais estão definidos a seguir:

- **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou pela operação financeira de suas obrigações nos termos pactuados.

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do País, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.
- **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

Gerenciamento do Risco Crédito: a Instituição, por meio de seus gestores, observará nas operações de crédito o cumprimento de requisitos consistentes com as Políticas e Normas de Crédito, visando a mitigação dos riscos com ações preventivas, entre as quais, destacamos:

- Observação dos princípios de seletividade, garantia, liquidez e diversificação dos riscos;
- Observação dos limites operacionais e das normas específicas de cada operação; e
- Cumprimento das exigências relativas a credenciamento, habilitação ou autorização.

Gerenciamento do Risco de Mercado: a Tesouraria da Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento atuam de forma conservadora, e a Diretoria é responsável pela administração de fluxo de caixa, pelo casamento de seus ativos e passivos e pelo gerenciamento da liquidez, não lhe cabendo gerar receitas vinculadas ao seu negócio central, somente receitas incrementais em eventuais situações de excedente de caixa.

Gerenciamento do Risco Operacional: risco operacional é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. A estrutura de gerenciamento do risco operacional implantada permite identificar, monitorar, mensurar e comunicar riscos operacionais. Os principais componentes da estrutura de gerenciamento de risco operacional incluem a formalização dos eventos incorridos em ambiente sistêmico isolado (e-gov), a auto avaliação e reavaliação de controles e os indicadores dos processos relevantes, que asseguram a comunicação efetiva dos eventos de controle e suas ações corretivas à alta administração.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital: de acordo com a Resolução nº 3.988/2011, do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A estrutura de gerenciamento de capital deverá auxiliar a Administração com informações consistentes que forneçam uma visão detalhada dos perfis de risco da Instituição e do capital requerido para fazer frente a cada tipo de risco, apresentar alternativas para mitigar desvios e manter a Administração atualizada sobre a regulamentação vigente.

A responsabilidade da Administração abrange ainda necessidade de revisão anual e aprovação das premissas da estrutura de gerenciamento de capital.

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem “hedge” de suas posições ativas e passivas. As informações estão disponíveis no sítio: www.santanafinanceira.com.br.

Em 30 de junho de 2021 e 2020, a Instituição considerou como aceitável a exposição dos riscos e não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

b. Valores em garantia

As garantias prestadas por clientes somam R\$ 351.897 (R\$ 346.885 em 30 de junho 2020).

c. Remuneração de Correspondentes no país

A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, a partir de 2 de janeiro de 2015, passou a aplicar os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País estabelecidos pela Circular nº 3.693, de 20 de novembro de 2013, e pela Circular nº 3.738, de 11 de dezembro de 2014, ambas editadas pelo BACEN.

d. Perdas no Recebimento de Créditos

A Lei nº 13.097/2015, publicada em 20 de janeiro de 2015, resultante da conversão da MP nº 656/2014, promoveu diversas alterações na legislação tributária federal, das quais se destacam a alteração do Art. 9º, da Lei nº 9.430/96, que altera as regras de dedução fiscal das perdas nos recebimentos de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 8 de outubro de 2014. Permanecem inalteradas as regras para os créditos vencidos anteriormente a essa data.

e. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Informamos que a Administração, no exercício findo em 30 de junho de 2021, contratou serviços da RSM Brasil Auditores Independentes apenas para atividades de Compliance Legal e PLD. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente, tampouco promover seus interesses.

22. Outras informações**Sobre o Corona vírus (COVID-19) - Pandemia Mundial**

O surto da pandemia do Corona vírus (COVID-19) e as medidas adotadas por governos em países em todo mundo para diminuir a propagação atingiram a economia mundial pública e privada, onde comprometeu a estrutura econômico-financeira, operacional, produtiva e comercial das Pessoas Jurídicas. Essas medidas e a rápida e repentina propagação da epidemia do Corona vírus (COVID-19), causou a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de fragilizar a economia mundial. Durante esse período, as empresas adotaram medidas para prevenir a disseminação da pandemia, buscando a preservação dos empregos, assegurando o cumprimento dos compromissos e continuidade dos objetivos sociais e estatutários; enquanto aguardavam que o Governo apresentasse alguma medida econômica e fiscal que amparassem as empresas nessa nova realidade, afim de que o menor impacto possível ocorresse na gestão dos negócios e na vida da população.



Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Sobre os impactos nas Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2021.

Para as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2021, o consenso é de que o Corona vírus (COVID-19) é um evento subsequente não ajustável.

Por mais que alguns eventos tenham ocorridos em 2019, o anúncio da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que o Corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global foi feito após 31 de dezembro de 2019, o que desencadeou decisões significativas por governos e por entidades no setor privado.

Consequentemente, de forma geral, não há impacto no reconhecimento e na mensuração de ativos e passivos nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021, pois os efeitos do surto são considerados eventos subsequentes não ajustáveis, de acordo com o CPC 24.

* * *

Diretoria

Giuliana Carla Anita Lopes Alves
Contador CRC 1SP246832/O-9